

## A CRISE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS EM 2023

O ano de 2023 tem sido desafiador para a gestão municipal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM), em meados de agosto, apontou no estudo “Avaliação do cenário de crise nos Municípios” que **a situação fiscal dos Municípios apresentou uma piora generalizada** no primeiro semestre de 2023 na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Segundo o mesmo levantamento, a partir do envio das informações de 4,6 mil prefeituras para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), **51% das cidades estavam com as contas no vermelho – o que significa que a arrecadação foi menor do que as despesas – enquanto em 2022 esse percentual era de 7%.**

Dois efeitos explicam o atual momento de crise: (i) a queda dos repasses transferidos aos Municípios, como a cota-parte ICMS e a liberação de emendas federais e (ii) o aumento generalizado das despesas provocados pelo final da pandemia.

A CNM atualiza para o presente estudo, intitulado “O que explica a crise nos Municípios?”, a situação de 1,8 mil prefeituras que haviam participado do levantamento anterior e já submeteram novos dados para a STN.

**Entre essas cidades, a crise financeira permanece. Quase metade das cidades (49%) ainda permanecem no vermelho.** O cenário ainda continua muito similar ao do final do primeiro semestre: as receitas, em conjunto, cresceram 8% enquanto as despesas se elevaram em 20%.

Entre essas cidades, o descompasso é causado, pelo lado da receita, por três motivos: (i) a **queda de R\$ 1,1 bilhão de ICMS**, causado pela LC 194/2022, que reduziu as alíquotas do tributos sobre combustíveis, comunicação, energia elétrica e transportes; (ii) a **queda de R\$ 3 bilhões nos repasses emendas parlamentares de custeio** e (iii) a **redução do crescimento do FPM** (que fechou com queda em julho e agosto).

**As despesas seguem a mesma tendência de crescimento generalizado**, em especial das despesas de custeio, que se elevaram em 17,7% (ou R\$ 22 bilhões) e as despesas de pessoal (+8,7% ou R\$ 11,5 bilhões). Os investimentos públicos foram acrescidos em um terço na comparação com janeiro e agosto de 2022, o que representa R\$ 7,3 bilhões a mais. **Atualmente, 89% das receitas correntes estão comprometidos com as despesas correntes.**

### Fatores adicionais de preocupação

A previdência municipal – seja para as cidades que possuem regime próprio ou geral – **enfrenta endividamento superior a R\$ 230 bilhões.** Aproximadamente 85% dos Municípios

vinculados ao RGPS possuem débitos, enquanto 77% das cidades com RPPS estão endividados. Em função da elevada taxa de juros, a dívida atingiu uma trajetória explosiva, o que exige uma mobilização em torno de soluções que equacionem o problema.

A Lei 14.663/2023, que definiu a política de valorização permanente do salário-mínimo (SM), também é um fator que pode causar preocupação em milhares de cidades do país. A cada ano, o reajuste do SM **terá crescimento acima da inflação**. No poder público, essa política possui impacto maior nos Municípios, posto que 34% de seu funcionalismo recebe até 1,5 SM, enquanto nos Estados e na União esse percentual é consideravelmente menor (15% e 5%). **A maioria do impacto (57%) ficará concentrado no conjunto de 2,3 mil cidades que já estão próximas do limite de pessoal da RCL.**

### **Dívida da União com os Municípios**

A CNM realizou um levantamento inédito apontando a dívida da União Federal com os Municípios, referente a obrigações assumidas pelo Governo Federal com os Municípios que não foram integralmente honradas.

Entre 2014 e 2022, o Governo Federal deixou de repassar R\$ 10,3 bilhões em parcelas de serviços e programas do SUAS. Na área de educação, entre 2007 e 2022 são quase R\$ 13,2 bilhões em recursos pactuados com o FNDE que não foram efetivamente pagos para obras educacionais concluídas e paradas. E o Governo possui um montante de R\$ 23,8 bilhões em restos a pagar com Municípios. **O total de recursos que a União deve atualmente os Municípios se aproxima de R\$ 47,4 bilhões.**

### **Explicando a crise: Saúde**

Em cada **10** brasileiros, **7** dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS), que corresponde aproximadamente a **170 milhões** de pessoas. Só na Atenção Primária à Saúde (APS), temos **167 milhões** de pessoas cadastradas e acompanhadas pelas **55 mil equipes** de saúde, alcançando a **cobertura de 77% da população brasileira**.

Estas equipes de **atenção primária** têm custado aos Municípios brasileiros valores bem altos. Só em **2022**, os Municípios arcaram com **60%** das despesas deste nível de atenção. Os recursos recebidos da União pagam **40%** da conta.

Para o **total da despesa em saúde**, o valor investido pelos Municípios, também, se aproxima dos **60%**. Em **2022**, com o total de gastos em saúde de **R\$233 bilhões nos Municípios**, o valor de **R\$139 bilhões** foi com **recursos próprios dos entes locais**. Só de covid-19, de acordo com a Organização Mundial da Saúde de **10% a 20%** dos curados desenvolvem sequelas, e no Brasil estima-se em aproximadamente **8 milhões** de pessoas.

Em agosto de 2023 **1.237 Municípios (22%)** não ofereceram serviços particulares de saúde. Isso significa que aproximadamente **9,1 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS nessas localidades**. Na APS observa-se crescimento na demanda de atendimentos, passando de mais de **21 milhões** em janeiro para **27 milhões** em agosto de 2023. Comparando os **8 primeiros meses de 2023 (191 milhões)** com os do mesmo período do ano passado (**163 milhões**), tivemos um aumento de **28 milhões de atendimentos**.

De acordo com a Escola de Governo Fiocruz Brasília, os Municípios despendem **40%** ou **50%** do orçamento com saúde em virtude do cumprimento dessas decisões judiciais.

Ao analisar entre **2013 e 2022**, desconsiderando os efeitos da pandemia Covid-19, a quantidade de **óbitos** se elevou de **1,2 milhão** para **1,5 milhão (+266 mil)**, o que representa um crescimento de **22%** ou **2,23%** ao ano.

Os Municípios aplicam mais do que **15%** das receitas próprias destinadas à área de saúde, alcançando em **2022** uma média de **22%** com gastos em Saúde. Esse montante excede em aproximadamente **46 bilhões de reais** do mínimo obrigatório estipulado pela Constituição.

De acordo com o Sistema de Atenção Básica do Ministério da Saúde, do total **55 mil** equipes de Atenção Básica existentes, somente no mês de **agosto** deste ano, **2.529** destas equipes, distribuídas em **617 Municípios** brasileiros, **não receberam recurso de custeio do Ministério da Saúde**, causando um impacto nos cofres Municipais de **R\$ 49 milhões**.

Ao longo dos anos o número de equipes de ESF tem aumentado e, conseqüentemente, a cobertura de Atenção Primária, que em julho de 2021 registrou **64.99%** e **atualmente corresponde a 77.94%**, o que em dados populacionais representa um crescimento de aproximadamente **30 milhões de brasileiros a mais sendo acompanhados**.

Na **eSF e eAP**, a defasagem dos repasses do Governo Federal aos Municípios para custeio dos programas, chega a aproximadamente **30%**.

O Programa Mais Médicos na modalidade com a Coparticipação dos Municípios, determina o pagamento de **R\$12.386,50** para cada médico contratado, e **este valor será descontado do repasse mensal já destinado aos Municípios** para custeio da atenção primária. Considerando todas as vagas previstas no edital, o montante mensal de **R\$874 milhões será comprometido na atenção primária**, ou seja, cerca de **40%** dos recursos a serem alocados na área. Além disso, os gastos com auxílios moradia e alimentação dos médicos são obrigatórios para os Municípios, os quais variam entre **R\$78 milhões e R\$248 milhões mensais**. O impacto financeiro mensal para os Municípios ultrapassa a expressiva cifra de **R\$1bilhão**.

O desabastecimento de medicamentos, que há mais de 12 meses **impacta aproximadamente 82% dos Municípios**, principalmente sem antibióticos e anti-hipertensivos.

As Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti), o financiamento é oriundo de **emendas parlamentares**, sem garantir a continuidade, com risco de ser extinto e os recursos financeiros **descontinuados pelo Ministério da Saúde**.

A CNM apontou **857 milhões** de procedimentos ambulatoriais e **3,1 milhões** de procedimentos hospitalares represados entre 2020 a 2022, sendo necessário **R\$13,3 bilhões** para equacionar tal demanda reprimida, dividida entre **R\$8,4 bilhões** para procedimentos ambulatoriais e **R\$4,9 bilhões** para procedimentos hospitalares. Para resolver este problema, o Ministério da Saúde lançou o Programa **Nacional de Redução de Filas (PNRF)**, no valor de **R\$600.000.000,00**. Este valor mostra insuficiência de recursos da União para a necessidade, e baixíssima execução de apenas **16,07% do planejado** entre março a junho, e **o total de 78.260** cirurgias, da lista de **1.031.467** pessoas.

Baixa distribuição de especialistas no país, aproximadamente **3,5 médicos para cada 10 mil habitantes**, e **baixa disponibilidade de leitos hospitalares, de 1,71 para cada mil habitantes**, enquanto a OMS recomenda entre **3 e 5 leitos** para essa população.

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) uma consulta médica custa **R\$73,91** contra **R\$10,00** da tabela SUS (defasagem de quase **640%**). Comparando o valor da consulta médica apurada pela ANS, como média de mercado brasileiro: evidenciamos **R\$ 73,91** versus **R\$ 10,00** da tabela SUS, o que significa afirmar que a tabela SUS está ao menos **630%** defasada. O Conselho Federal de Medicina identificou uma defasagem de até **17.000%** em alguns procedimentos da tabela SUS.

Dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) de agosto deste ano, o Brasil conta com **897.226 médicos especialistas**, que atendem no SUS em todos os Municípios. Esse número indica que existem, em média, **4,4 médicos para cada 1000 habitantes do país, e 558 Municípios** não possuem estes profissionais.

Outros dados do SCNES deste ano, o país dispõe de aproximadamente **50 mil médicos anestesistas** que atendem no SUS, ou seja, **não chega nem a 1 profissional por mil habitantes**, isso limita o número de cirurgias eletivas realizadas, entre elas as oncológicas.

As principais causas de doença renal crônica são o **diabetes mellitus (DM)**, que de acordo com estudos **75%** destes pacientes virão a desenvolver a condição, e a **hipertensão arterial sistêmica**. Doenças que podem ser prevenidas, acompanhadas e tratadas na **APS**. De acordo com o censo de diálise de 2021, o Brasil contava com aproximadamente **148 mil pacientes** em diálise, sendo que **mais de 85%** deles dependiam exclusivamente do SUS para acessar esse tratamento essencial. Em um estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN) e outros atores, para o atendimento das exigências legais com estrutura minimamente montada a cada sessão de hemodiálise custa **R\$302,58**. A sessão paga pelo SUS

é de **R\$218,47**, o que apresenta um **déficit de R\$84,11**, um desequilíbrio econômico de **38,5%**.

O INCA estima para o ano de **2023** a ocorrência de **704.080** casos novos de neoplasias malignas no Brasil, sendo que em 2014 a estimativa deste instituto apontava para **576.580** casos novos de câncer. De **2023 até 2025** esse número deve ser superior a **2 milhões** de novos diagnósticos da doença. Alguns especialistas já apontam para uma **epidemia de câncer**. Atualmente os tumores são a **3ª causa de óbito no Brasil**, mas deverá ser a primeira até **2030**, segundo o Observatório de Oncologia.

O exame de mamografia, que é indispensável para o diagnóstico de câncer de mama, foi incluído na tabela SUS em **2009** por **R\$45,00**, mesmo valor pago até hoje. O congelamento no valor é refletido no número de exames realizados, que caiu de 4,6 milhões em 2013 para 4,1 milhões em 2022, uma redução de **10% no número de mamografias realizadas no SUS**, embora o número de mamógrafos tenha aumentado de **1.963** em **2013** para **2.251** em **2022**.

O Observatório de Oncologia, nos últimos quatro anos, o custo médio de procedimentos como **quimioterapia, radioterapia e imunoterapia**, chegou a ultrapassar **400%**: um único procedimento que, em **2018, custava R\$ 151,33 saltou para R\$ 758,93 em 2022**.

O atual cenário dos indicadores de saúde apresentado aqui, a defasagem de programas federais, desfinanciamento federal para custeio dos serviços de saúde, afetam **diretamente a sobrevivência e as chances de recuperação dos pacientes**, que em sua maioria dependem do SUS, e de uma atenção primária à saúde de qualidade, para reduzir as altas demandas e custos nos outros níveis de atenção.

## Explicando a crise: Educação

### PISO DO MAGISTÉRIO

Elevou-se em 53% com os reajustes concedidos em 2022 (33,24%) e 2023 (14,95%). Esses reajustes não possuem base legal, pois remetem à Lei 11.494/2007, revogada pela legislação do novo Fundeb. O impacto é de quase R\$ 50 bilhões. De 2009 a 2023, o piso cresceu 365,3%, muito acima da inflação (136,9%), do salário mínimo (183,9%) e da receita do Fundeb de 257%.

Ademais, 83% do Fundeb já é usado com remuneração dos profissionais da educação e os Municípios que comprometem 27% do seu gasto de pessoal com magistério (R\$ 100 bilhões). Pesquisa da CNM apontou que em 2022, 31,1% dos Municípios deram o reajuste do governo federal e 43% concederam reajuste diferentes do anunciado pelo MEC. Já em 2023, 59,1% deram o reajuste do governo federal e 23,4% concederam reajuste diferenciados.

No total, 2.343 Municípios deram reajuste do governo federal em algum dos anos e 47% desses Municípios já se encontram com os limites da LRF comprometidos.

Em 2022, 423 Municípios ajuizaram ações relativas aos reajustes do piso. Em 2023, até julho, eram 399 Municípios. Em 107 haviam decisões, sendo 72 (67%) a favor do Município e 20 (19%) contrárias.

### **CRECHES: UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E FILA DE ESPERA**

As creches não são obrigatórias, mas o STF julgou, em decisão de repercussão geral e efeito vinculante, pela obrigatoriedade de garantir vagas para crianças de 0 a 5 anos. No Brasil, 3,9 milhões das crianças de 0 a 3 anos estão em creches, e cerca de 7,7 milhões não estão. O custo para matricular crianças em creche, deduzindo o valor médio do Fundeb (R\$ 7,3 mil/ano) é de R\$ 19,6 mil/ano (R\$ 1,6 mil/mês), com isso, o impacto para universalizar o atendimento em creche é R\$ 151,5 bilhões/ano.

As ações civis públicas com decisões para zerar a fila de espera em creche têm crescido. Para atender cerca de 2,5 milhões de crianças aguardando vagas nessa etapa de ensino (Dados Pnad), seria necessário um investimento de R\$ 48,9 bilhões/ano, já deduzido o Fundeb.

## **Explicando a crise: Assistência Social**

### **CENÁRIO ORÇAMENTÁRIO**

No cenário orçamentário do **ano de 2022**, o valor autorizado para manutenção das principais ações, serviços e programas da Assistência Social foi de pouco mais de **R\$ 2,1 bi**, contudo o executado até o final do ano foi de **R\$ 1,7 bi**, com 88% de execução, deixando os Municípios sem receber mais de **R\$ 400 milhões**. Comparando cenários é possível perceber que a PLOA 2024 já sinaliza um aumento em relação a própria LOA 2023, chegando a uma previsão de **R\$ 3,3 bilhões**, um aumento de ao menos 11%, mais de **R\$ 340 milhões**.

Constata-se ainda que mesmo com acréscimos no orçamento de 2023 dos valores investidos no SUAS, o valor autorizado representa no processo de manutenção do SUAS praticamente o mesmo valor do ano de 2015, onde são ao menos 8 anos em que os Municípios vivenciam um cenário de oscilação orçamentária.

### **O SUBFINANCIAMENTO DO SUAS**

Na mesma proporção do congelamento das estruturas de atendimento à população mais vulnerável, os 5.568 Municípios contam com cerca de 19 mil equipamentos da Rede Suas, onde desde 2015 não há possibilidade expandirem sua oferta considerando o modelo de cofinanciamento tripartite, ou seja, com apoio financeiro da União. Corroborando com esse processo de fragilidade que gera responsabilização nos municípios e sobrecargas, o que se

apresenta é a situação de subfinanciamento, onde os pisos de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais estão sem reajuste praticamente desde a sua criação.

### **DEMANDA REPRIMIDA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

Antes da aprovação do atual Programa Bolsa Família (PBF), a demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil (PAB) **em fevereiro 2023 era de 2,55 milhões de famílias e 3,69 milhões de pessoas**. Considerando dados abertos CECAD/MDS mês de julho de 2024, a demanda reprimida do PBF ainda é elevada e marca **2,59 milhões de famílias e 3,53 milhões de pessoas**. Ao comparar a demanda reprimida do PBF com a do Programa Auxílio Brasil (PAB) percebe-se uma tendência de queda da demanda, tendo um aumento no mês de maio. Os dados apresentam uma oscilação, contudo é sempre uma constante.

Considerando perspectiva de Proteção Social segundo Portal SAGI V4 em julho de 2023 **o Cadastro Único contava com 42,5 de famílias (95,7 de pessoas), desse total 50% é beneficiária do Programa Bolsa Família, que absorve mais de 21,4 de famílias, contudo considerando os outros 50% que estão no Cadastro Único tem-se 2,59 milhões de famílias** que possuem perfil para o Programa e estão fora, e mais 18,5 milhões de famílias com perfil baixa renda, ou seja, renda familiar mensal per capita de até salário mínimo, Decreto 11.016/2022, demanda que atualmente vem sendo atendida pelos Municípios.

## **Explicando a crise: Defasagem de Programas Federais**

A CNM sempre teve como premissa que um dos principais problemas na gestão local são os programas federais em todas as áreas, aos quais os Municípios acabam aderindo, sem contestar a abrangência e os benefícios que estes programas trazem para a população. No entanto, o que sempre alertamos é que a forma que são pactuados tais acordos está equivocada, pois os recursos repassados pelo governo federal para sua execução são subfinanciados, tanto na falta de correção pela inflação quanto no valor, que é muito menor do que o que se gasta efetivamente em sua execução.

Em diversas pesquisas realizadas pela entidade junto aos Municípios ao longo dos anos, evidenciaram que as despesas de execução com os programas governamentais chegam a ser até 200% maiores que o repasse recebido do governo.

Podemos exemplificar alguns, mas todos os outros têm esta mesma proporção, para cada R\$ 1 real enviado pelo governo, o Município gasta mais R\$ 2 reais para cumprir o que determina o programa federal, e como esses gastos são no custeio e em pessoal acabam comprometendo muito a administração.

- **Equipe do Estratégia Saúde da Família (ESF):**

Custo na execução no Município – R\$ 50.000 por equipe

Repasso por equipe: aproximadamente R\$ 16 mil

- **Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate):**

O custo médio é de R\$ 4,00 por passagem, o que dá R\$ 1.600,00 por ano e por aluno.

Repasso de R\$ 185,21 ao ano, R\$ 18,50 por mês para o transporte

- **Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae):**

O programa de alimentação escolar é financiado, na sua maior parte, por Estados e Municípios para compra de gêneros alimentícios, pagamento de pessoal (nutricionistas, merendeiras, cozinheiras e outros), despesas com gás de cozinha, água, luz e de capital (fogões, freezers, geladeiras, utensílios de cozinha etc.), que enfrentam aumentos significativos nos custos para compra e preparo da alimentação fornecida aos alunos. As redes municipais de ensino são responsáveis por mais de 60% das escolas, que atendem 48% dos alunos da educação básica no país.

Recursos: Para 2023, com o reajuste concedido, o repasse da União aumentou R\$ 1,8 bilhão em relação a 2022. Como o reajuste não é definido em lei, os valores estavam congelados desde 2017, com defasagem de 35%. O reajuste para as creches de 28% ficou abaixo da inflação e o reajuste da pré-escola, de 35%, foi menor que o definido para os ensinos fundamental e médio, que foi de 39%.

**Tabela 30 – Reajuste concedido pelo governo federal em 2023**

	Creche	Pré-Escola Parcial	Escolas Indígenas e Quilombolas	Ensino Fundamental e Médio	EJA parcial	Ensino Integral	Ensino Médio em Tempo Integral	Aluno Contraturno
Valor Anterior	1,07	0,53	0,64	0,36	0,32	1,07	2,00	0,53
Novo Valor	1,37	0,72	0,86	0,50	0,41	1,37	2,56	0,68
<b>Reajuste</b>	<b>28,0%</b>	<b>35,8%</b>	<b>34,4%</b>	<b>38,9%</b>	<b>28,1%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>28,3%</b>

Fonte: Ministério da Educação. Elaboração: CNM.

O repasse representa apenas 10% do custo que os Municípios têm com a merenda. Além da defasagem e do subfinanciamento, a execução dos Programas Federais realizada pelos Municípios traz uma série de outras consequências, como o aumento das despesas com pessoal, pois toda e qualquer política pública é realizada por pessoas atendendo o público e ou a demanda, a instabilidade jurídica que o programa traz como não é definido em lei e sim em portarias/decretos ficam sujeitos a vontade do Governo que pode a qualquer momento encerrar o Programa, a inobservância das desigualdades regionais no desenho dos programas geralmente são os mesmos procedimentos e ações para todos os Municípios. Em virtude de tudo isso é imprescindível que ocorra uma repactuação entre os entes da federação para que estes Programas sejam todos revistos.

### **Defasagem dos programas Federais: Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**

A meta do Minha Casa, Minha Vida, para a construção para famílias que perderam sua moradia em 2023, é de 3.000 novas moradias, mas entre 01 de janeiro até 22 de setembro de 2023, 6.025 moradias já foram destruídas no país. Somado a isso, de 2013 a 2022 foram 107.413 casas destruídas. Com isso, a CNM estima que a meta federal deveria ser 38 vezes maior para atender a esse número (total de 113.438 casas destruídas de 2013 a 2023).

Outra meta é a construção de 9.000 mil moradias para famílias que vivem em áreas de risco, mas é insuficiente pois 10 milhões de pessoas vivem em 2,5 milhões de domicílios em áreas de risco no país. Para o atendimento desse recorte, a meta deveria ser 278 vezes maior.

É necessária a construção conjunta de uma Política Nacional Integrada de Desenvolvimento Urbano (PNDU) com habitação, regularização fundiária, drenagem, contenção de encostas, ampliação de sistemas de alertas, infraestrutura urbana e reforço de uma cultura de proteção e defesa civil alinhados a gestão do território.

## **Explicando a crise: Desastres Naturais, Habitação, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Saneamento**

A crise que atualmente atinge os Municípios passa por diversos segmentos da administração municipal. Em específico, a CNM demonstra especial preocupação com a ocorrência de desastres naturais e os prejuízos gerados para a comunidade – em vidas, na estrutura física das cidades e na produção local – ocasionados.

### **DESASTRES NATURAIS**

- **Danos e prejuízos causados por desastres no Brasil entre 2013 e 2023**

- Os desastres causaram mais de **R\$ 586 bilhões** aos cofres públicos municipais, o que corresponde a **R\$ 48,8 bilhões** em prejuízos por ano.

- Seca: **R\$ 325,8 bilhões** em prejuízos, representando **55,6%** do total.

- Chuvas: **R\$ 159,1 bilhões**, representando **27,1%** do total;

Entre 2013 e 2023 a União pagou apenas **R\$ 4,9 bi** para ações de defesa civil, que representa apenas **1%** dos **R\$ 586 bilhões** em prejuízos causados por desastres nos últimos 10 anos.

**Quantidade de decretações: 61.858** decretações de situação de emergência e estado de calamidade pública em todo Brasil.

### **Desastres que mais ocorreram no Brasil:**

- 1) Seca: **25.131** decretações, correspondendo a **40,6%** do total de registros;
- 2) Chuvas: **17.691** decretações, correspondendo a **28,5%** do total;

**Danos humanos:** Os desastres afetaram mais de **402 milhões de pessoas**, sendo **215,6 milhões** de pessoas devido à seca e o total de **81 milhões** de pessoas por chuvas.

**Mortes Por Desastres Gerais:** total de **2.378** mortos, sendo que a chuva foi responsável por **88,6%** do total, contabilizando **2.107** mortes.

### Setores Mais Afetados em Prejuízos Econômicos

- Agricultura: **R\$ 241,5 bilhões**, correspondendo a **41,2%** do total de **R\$ 586 bilhões**
- Pecuária: **R\$ 80,4 bilhões** em prejuízos, correspondendo a **13,7%** do total;
- Habitação: **R\$ 34,1 bilhões** em prejuízos, correspondendo a **5,8%** do total;
- Abastecimento de água potável: **R\$ 36,9 bilhões**, correspondendo a **6,30%** do total;

Entre 2012-2023, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) apoiou ao produtor rural com **R\$ 5,9 bilhões** de subsídio a contratação do seguro rural. Entretanto, nos Municípios impactados pelos eventos extremos, os produtores acessaram **somente 18%** dos recursos indicando um descolamento da demanda. Os produtores de aproximadamente **três mil Municípios não acessam o seguro rural por meio do PSR**, que confirma a necessidade do aumento dos recursos federais em especial nas regiões mais afetadas pelos desastres climáticos.

### Habitação e Desastres: os prejuízos socioeconômicos

Estima-se que 1 em cada 5 pessoas no país reside em moradia inadequada ou insegura. Os desastres impactam com mais intensidade os centros urbanos pelo histórico do padrão de urbanização e ocupação inadequados, potencializando a crise. Considerando a ineficiência de políticas públicas federais de acesso à moradia, prevenção e resposta aos desastres, o Município aporta recursos próprios para mitigação dos efeitos dos desastres, como remoção e realocação de pessoas vivendo em áreas de risco, aluguel social, etc.

Mais de 2,4 milhões de moradias foram danificadas ou destruídas por desastres nos últimos 10 anos, afetando mais de 4,7 milhões de pessoas em 2.651 Municípios (48% do país), resultando em prejuízo de R\$ 27,5 bilhões. A região Sul lidera no somatório de moradias danificadas e destruídas.

O total de 5.370 Municípios (96%) possuem até 150 mil habitantes (50% da população vive neles) e os programas federais não têm priorizado medidas para estes municípios que podem ser em grande parte ou até mesmo totalmente destruídos, como recentemente ocorreu no Rio Grande do Sul. Além do aumento dos desastres, a CNM identificou uma queda superior a 90% dos investimentos em habitação e gestão urbana nos últimos 10 anos.

## **Saneamento e Desastres: os prejuízos socioeconômicos**

### Importância do Aporte Financeiro Federal em Drenagem Como Medida de Prevenção à Alagamentos

Analisando os danos e prejuízos aos Municípios devido a alagamentos ocorridos nos últimos 10 anos (2013 a 2022) cabe evidenciar que o maior registro foi em 2022, com 231 decretações do total **1310 decretações**. A maior parte dos alagamentos foram na **Região Sul e Sudeste**, as quais tiveram uma **média de 29% e 28%** do total. O fato pode corroborar as previsões das climáticas que afirma que irão aumentar os danos e prejuízos de alagamentos.

Considerando apenas os **prejuízos econômicos públicos**, contabilizados em 10 anos após decretações de emergência em função de alagamentos chegou-se a **R\$ 6,9 bi**. A ausência de drenagem adequada afetou **mais de 2 milhões de pessoas** e causou ao país o total de **R\$8,5 bilhões em danos e prejuízos**, considerando setor **público e privado**.

O custo total para universalizar a drenagem e manejo de água pluviais, segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico (2019) é de **R\$79,3 bilhões** até 2033. Isso significa um investimento anual de **R\$ 5,6 bilhões**. Nesse contexto, a CNM reforça que é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios promover programas de melhoria do saneamento básico, segundo a Constituição Federal. Portanto, ações para a minimização dos danos e prejuízos causados por alagamentos, além de ações de prevenção por meio da drenagem devem ser feitos pelos três entes federados, não apenas Municípios.

### Investimentos Federais e Municipais em Saneamento

Até 2033 o Brasil deve universalizar os serviços de saneamento básico e o Plano Nacional de Saneamento Básico evidencia que o custo previsto era de **R\$597 bilhões** (valores de 2019), sendo cerca de **R\$239 bilhões da União (40%)** e o restante do setor privado, Estados e Municípios. Nesse sentido, a União deveria investir por ano o total de **R\$15,6 bilhões de 2019 a 2033**, mas a CNM alerta que de 2018 a 2021 a União executou apenas **R\$2,2 bi** em recursos do Orçamento Geral da União para saneamento. Ou seja, em quatro anos a União pagou apenas **14%** do que deveria investir anualmente

Faz-se fundamental evidenciar que os valores das execuções federais dizem respeito apenas aos orçamentos dos ministérios que atuam com saneamento e as análises **não contemplam recursos que a União disponibiliza como empréstimos**, uma vez que tais recursos são pagos pelo setor que captou o recurso oneroso, seja o setor privado, Estados ou Municípios.

Como resultado dos baixos investimentos federais, cada vez mais os Municípios estão buscando fontes de recursos para conseguir avançar no saneamento, muitas vezes captando recursos onerosos ou remanejando um recurso próprios.

O período de análise dos investimentos municipais em saneamento compreende o recorte de 2018 a 2021, uma vez que os dados do Sistema Nacional Informações em Saneamento divulgados em 2023 possuem dados somente até 2021. A pesquisa revelou que os valores dos investimentos com **recursos próprios pelos Municípios** atingiram o recorde de **R\$ 519 milhões** em 2021.

No que diz respeito aos investimentos totais em saneamento, ao contrário da União, Municípios continuam batendo recorde e aumentando a aplicação de recursos na melhoria dos serviços para a população. Segundo os dados do SNIS (2023), ao somarmos todos os investimentos em saneamento feitos pelos Municípios chega-se a pouco mais de **R\$1 bi em 2021**, enquanto a **União pagou apenas R\$544 milhões** no mesmo ano, o que corresponde a irrisórios **3,4% dos R\$15 bi** que deveriam ser investidos anualmente.

## Explicando a Crise: Obras Paradas nos Municípios Brasileiros

O diagnóstico busca mapear a situação das obras públicas municipais paradas/paralisadas ou inacabadas. O levantamento das informações foi realizado em diversos sistemas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Educação (Simec), Ministério das Cidades (SisHab) e o Sistema de Monitoramento de obras (SISMOB) que engloba obras da **saúde**, além da Funasa.

A partir da classificação das obras disponíveis nas cinco bases de dados, foi possível mensurar a existência de **5.710 obras paradas** no Brasil de **2012 a 2022 em 2.344 Municípios diferentes (42% do total)**, correspondentes **a um valor contratado/pactuado ou empenhado superior a R\$ 41,7 bilhões**. A maior parte das obras paradas nos Municípios são da educação, com 39% do total, seguidas das obras habitacionais (38%).

O maior quantitativo das obras paradas (1.890) está localizado nos Estados do Maranhão (740), seguido por Bahia (593) e Pará (557). Por outro lado, a menor quantidade de obras paradas está em Roraima (44), seguida por Acre (48), Mato Grosso do Sul (59) e Amapá (61).

Dentre os motivos da paralisação elencados pelos entes municipais, estão: falta de declaração de regularidade do órgão federal; ausência de medição; rescisão contratual com empreiteiras; não obtenção de licenças; ações judiciais; demora na liberação de recursos pela União; desistência dos fornecedores, dentre outros motivos.

### Aprofundando as Obras habitacionais não concluídas e paralisadas

A entidade estimou que entre 2009 e o mês de abril de 2023, 181.254 moradias no programa Minha Casa, Minha Vida, não foram concluídas, distribuídas em 2.731 empreendimentos, localizados em 1.693 Municípios. Desse total, 45% delas (82.283) são obras paralisadas, distribuídas em 359 Municípios. Em sua maioria, essas moradias foram contratadas entre 2009-2015. Uma obra não concluída ou paralisada requer novas pactuações de recursos, novos prazos para a conclusão e entrega. A morosidade na retomada das obras pode inviabilizar sua conclusão em decorrência da deterioração da obra.

A região Nordeste lidera com 75.910 moradias não concluídas (42%). Na sequência, a região Norte com 49.277 (27%), Sudeste com 31.005 (17%), Centro-Oeste com 14.783 (8%) e Sul com 10.279 (6%). Dos 1.693 Municípios que apresentam moradias não concluídas, 88% (1.489) têm até 50 mil habitantes e 34,2% (579) estão vinculados ao Cadastro Nacional de Risco, concentrando mais da metade das moradias não concluídas do país, equivalente a 54,6% (98.887) do total de 181.254, ou seja, em Municípios mais vulneráveis a perda de moradias em desastres, deveriam ser priorizados na conclusão e retomada das obras.

## **Caminhos para a Superação da Crise**

A CNM, ciente da natureza estrutural da presente crise, na forma do enfraquecimento do Pacto Federativo e o aumento de atribuições e despesas nos Municípios, possui diversas pautas no Congresso Nacional para superação da crise. Para **atacar a queda de arrecadação**, a CNM defende a (i) **PEC 25/2022**, que cria o adicional de 1,5% do FPM em março; (ii) **PEC 40/2023**, que aumenta a base de cálculo do FPM nos próximos 24 meses; (iii) **PLP 136/2023**, que compensará as perdas de FPM entre julho e setembro de 2023 e adiantará as compensações pelas perdas de arrecadação do ICMS previstas para 2024. **As três medidas injetarão R\$ 40,3 bilhões nos cofres municipais.**

Na **pauta previdenciária**, a CNM defende a aprovação do texto do Senado do **PL 334/2023**, que reduzirá até 2027 a alíquota patronal recolhida ao INSS de 20% para 8%, o que deve reduzir os recolhimentos em até R\$ 11 bilhões/ano.

As pautas estruturantes levantadas são a (i) **PEC 38/2023** (ampliará a reforma previdenciária da União para os Municípios); a (ii) **PEC 45/2019** (reforma tributária); (iii) **PEC 14/2023** (atualização monetária dos programas federais); (iv) **PEC 253/2019** (representação de entidade municipal no Supremo) e (v) **PLP 98/2023** (terceirização da LRF).